

Relatório Anual 2015

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP



Diretoria Executiva de TI e Operações
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria



RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP
São João – PR

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2016.



Joelson de Siqueira de Souza
Contador - CRC – PR 051818/O-7
CNAI 2481

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 507.201 mil, aumento de 19,35% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I - Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 285.865 mil, com evolução de 11,90% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 264.399 mil, representando 89,79% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 20.587 mil, compondo 6,99% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 9.492 mil ou 3,22% do total (NE 06c).

II - Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 377.710 mil em dezembro de 2015, com incremento de 25,69% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 209.865 mil, com crescimento de 27,39% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 21,60% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 68.508 mil.

III - Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 98.757 mil, tendo um aumento de 24,97% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Plano de Negócios

A Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à incorporação, em conformidade com o disposto no artigo 11 da Res. CMN nº 3.859.

Informamos que as premissas constantes no plano de negócios e estudo de viabilidade econômica encaminhados ao Banco Central foram alcançadas parcialmente conforme demonstrado na planilha abaixo:

Dados	Estimado	Realizado
Associados	40.450	39.732
Carteira de Crédito *	272.189	268.967
Depósitos	263.154	278.373
Patrimônio Líquido	96.897	98.757
Capital	42.544	44.389
Resultado Antes das Destinações	17.035	20.511
Rentabilidade do PL	17,58%	20,77%

valores em milhares de Reais

* Saldo reduzido das provisões para operações de crédito.

3. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, a instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

5. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III - Risco de Liquidez

A noção de risco de liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
 - A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.
- Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do Bacen, o Banco Cooperativo Sicredi S.A. possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi S.A. está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas:

- Projeções de Liquidez (fluxo de caixa);
- Teste de Estresse;
- Limites de Liquidez;
- Plano de Contingência de Liquidez.

IV - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

ATIVO		31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO		31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE		420.577	347.302	CIRCULANTE		204.587	178.962
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)		13.956	10.388	DEPÓSITOS (NOTA 10)		88.727	70.924
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		174.393	137.211	Depósitos à Vista		68.508	58.337
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		4	2	Depósitos a Prazo		20.219	14.587
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural		193	4.004	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		87.914	81.828
Correspondentes no país		404	482	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2	4
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)		173.792	132.723	Repasses Interfinanceiros (NOTA 11)		87.912	81.824
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)		216.249	189.470	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		580	407
Operações de Crédito		229.141	199.174	Recursos em Trânsito de Terceiros		580	407
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(12.892)	(9.704)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 12)		6.050	5.866
OUTROS CRÉDITOS		15.361	10.038	Emprestimos Pass - Outras Instituições		6.050	5.866
Créditos por Avais e Fianças Honorários		4	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES		20.586	19.937
Rendas a Receber		1.933	1.928	Cobranças e Arrecadação de Tributos		90	94
Diversos (NOTA 07)		12.542	8.153	Sociais e Estatutárias		1.125	951
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(118)	(82)	Fiscais e Previdenciárias		644	937
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)		638	355	Diversas (NOTA 13)		18.727	17.995
Outros Valores e Bens		1.020	632				
(Provisão para desvalorização)		(457)	(457)				
Despesas Antecipadas		55	40				
NÃO CIRCULANTE		86.624	77.655	NÃO CIRCULANTE		204.587	166.971
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		69.757	57.797	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		204.587	166.971
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)		11.038	4.509	DEPÓSITOS (NOTA 10)		189.646	150.151
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		11.038	4.509	Depósitos a Prazo		189.646	150.151
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)		52.718	53.287	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)		14.941	16.820
Operações de Crédito		56.724	56.296	Repasses Interfinanceiros		14.941	16.820
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(4.006)	(3.009)				
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)		1	1				
Diversos		1	1				
PERMANENTE		22.867	19.858	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		98.757	79.024
INVESTIMENTOS (NOTA 09a)		13.413	13.162	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)		44.389	36.715
Outros Investimentos		13.413	13.162	De Domiciliados no País		44.393	36.728
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b)		5.626	4.347	(Capital a Realizar)		(4)	(3)
Imóveis de Uso		1.749	1.749	RESERVAS DE SOBRES		50.363	38.465
Outras Imobilizações de Uso		8.523	6.305	SOBRAS ACUMULADAS		4.005	3.834
(Depreciação acumulada)		(4.646)	(3.907)				
INTANGÍVEL (NOTA 09b)		3.828	2.549				
Outros Ativos Intangíveis		6.212	4.377				
(Amortização acumulada)		(2.384)	(1.828)				
TOTAL DO ATIVO		507.201	424.957	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		507.201	424.957

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05			Resolução CFC Nr.1.013/05		
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014 (Reapresentado 2 - a)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	34.374	-	34.374	64.941	-	64.941	51.909	-	51.909
Operações de Crédito	34.168	-	34.168	64.576	-	64.576	51.370	-	51.370
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	190	-	190	244	-	244	439	-	439
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	4	-	4	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	16	-	16	117	-	117	100	-	100
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(20.431)	(259)	(20.690)	(40.892)	(382)	(41.274)	(27.534)	(310)	(27.844)
Operações de Captação no Mercado	(12.042)	(16)	(12.058)	(20.639)	(23)	(20.662)	(13.665)	(12)	(13.677)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2.924)	(243)	(3.167)	(5.316)	(359)	(5.675)	(4.147)	(298)	(4.445)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.465)	-	(5.465)	(14.937)	-	(14.937)	(9.722)	-	(9.722)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.943	(259)	13.684	24.049	(382)	23.667	24.375	(310)	24.065
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.745)	3.200	1.455	(7.735)	4.614	(3.121)	(10.659)	3.272	(7.387)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	2.836	3.727	6.563	5.299	6.619	11.918	4.417	5.875	10.292
Rendas de Tarifas Bancárias	1.636	-	1.636	3.134	-	3.134	2.614	1	2.615
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(9.172)	(750)	(9.922)	(17.800)	(1.157)	(18.957)	(14.402)	(1.019)	(15.421)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(6.246)	(1.017)	(7.263)	(12.384)	(1.602)	(13.986)	(9.643)	(1.692)	(11.335)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(14)	(188)	(202)	(31)	(334)	(365)	(38)	(297)	(335)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 2 (a) e nota 17)	14.070	1.758	15.828	23.904	1.620	25.524	14.568	896	15.464
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 18)	(4.855)	(330)	(5.185)	(9.857)	(532)	(10.389)	(8.175)	(492)	(8.667)
RESULTADO OPERACIONAL	12.198	2.941	15.139	16.314	4.232	20.546	13.716	2.962	16.678
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(44)	(2)	(46)	(34)	(1)	(35)	37	25	62
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.154	2.939	15.093	16.280	4.231	20.511	13.753	2.987	16.740
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	12.154	2.939	15.093	16.280	4.231	20.511	13.753	2.987	16.740
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.231	(4.231)	-	2.987	(2.987)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	12.154	2.939	15.093	20.511	-	20.511	16.740	-	16.740
DESTINAÇÕES	-	-	-	(16.506)	-	(16.506)	(12.906)	-	(12.906)
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	-	-	-	(3.941)	-	(3.941)	(3.264)	-	(3.264)
Fates - Estatutário (Nota 15c)	-	-	-	(667)	-	(667)	(639)	-	(639)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	-	-	(8.678)	-	(8.678)	(8.306)	-	(8.306)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(3.220)	-	(3.220)	(697)	-	(697)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	4.005	-	4.005	3.834	-	3.834

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguauçu - Sicredi Iguauçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	29.270	29.462	3.268	62.000
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.264	-	(3.264)	-
Outras destinações	-	-	(4)	(4)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.014	-	-	3.014
Baixas de capital	(1.557)	-	-	(1.557)
Resultado do período	-	-	16.740	16.740
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(639)	(639)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.306	(8.306)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.734	-	(3.264)	(530)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	697	(697)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	36.725	38.465	3.834	79.024
Mutações do Período	7.455	9.003	566	17.024
Saldos no início do período em 01/01/2015	36.725	38.465	3.834	79.024
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	3.819	-	(3.819)	-
Outras destinações	-	-	(15)	(15)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.427	-	-	2.427
Baixas de capital	(2.466)	-	-	(2.466)
Resultado do período	-	-	20.511	20.511
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15c)	-	-	(667)	(667)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	8.678	(8.678)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	3.884	-	(3.941)	(57)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.220	(3.220)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	44.389	50.363	4.005	98.757
Mutações do Período	7.664	11.898	171	19.733
Saldos no início do período em 01/07/2015	39.910	38.465	5.418	83.793
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	1.447	-	-	1.447
Baixas de capital	(852)	-	-	(852)
Resultado do período	-	-	15.093	15.093
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário (Nota 15c)	-	-	(667)	(667)
Reserva Legal - Estatutária (Nota 15c)	-	8.678	(8.678)	-
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 15b)	3.884	-	(3.941)	(57)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.220	(3.220)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	44.389	50.363	4.005	98.757
Mutações do Período	4.479	11.898	(1.413)	14.964

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP
CNPJ/MF nº 84.974.278/0001-50

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	11.427	25.254	22.678
Resultado do exercício	15.093	20.511	16.740
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(3.666)	4.743	5.938
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(3.345)	4.185	5.385
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(21)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	(5)	36	31
Depreciação do imobilizado de uso	477	896	781
Amortização do intangível	335	556	498
Baixas do ativo permanente	11	12	31
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(15)	(15)	11
Destinações ao FATES	(667)	(667)	(639)
Dividendos SicrediPar	(457)	(260)	(139)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	30.296	30.496	12.144
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	5.547	(2)	246
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(5)	3.810	(3.082)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	81	78	9
(Aumento) Redução em operações de crédito	(51.379)	(30.397)	(39.370)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	36.075	4.208	21.861
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.733)	(5.097)	(3.313)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(45)	(424)	(144)
Aumento (Redução) em depósitos	36.143	57.299	30.027
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	85	173	(39)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	405	184	1.081
Absorção de dispêndios pelo FATES	(248)	(545)	(467)
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.370	1.209	5.335
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	41.723	55.750	34.822
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.037)	(6.528)	(4.509)
Aquisição de Investimentos	-	(251)	(1.639)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.692)	(2.388)	(1.269)
Aplicações no Intangível	(892)	(1.835)	(940)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(13.621)	(11.002)	(8.357)
Integralização de capital	1.447	2.427	3.014
Baixa de capital	(852)	(2.466)	(1.557)
Juros ao capital próprio	(57)	(57)	(530)
Distribuição de Sobras	-	(15)	(4)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	538	(111)	923
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	28.640	44.637	27.388
Caixa e equivalente de caixa no início do período	159.108	143.111	115.723
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	187.748	187.748	143.111

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguauçu - Sicredi Iguauçu PR/SC/SP, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/04/1992 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 25 de janeiro de 2016.

a) – Reapresentação dos valores correspondentes apresentados de forma comparativa

As provisões para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social divulgadas nas demonstrações de 31 de dezembro de 2014 foram revertidas e estão reapresentadas no grupo Outros Ingressos e Receitas Operacionais para fins de comparação na Demonstração de Sobras ou Perdas do exercício de 2015, conforme previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 23. Os valores que foram alterados estão a seguir indicados:

Descrições	31 de dezembro de 2014		
	Reapresentado	Ajuste pró forma	Saldos original divulgado em 2014
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	15.464	(454)	15.918
Provisão para Imposto de Renda		277	(277)
Provisão para Contribuição Social		177	(177)

valores em milhares de Reais

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" item "b".

k) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

l) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	13.956	10.388
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	173.792	132.723
Total	187.748	143.111

valores em milhares de Reais

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	11.038	11.038	4.509
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	11.038	11.038	4.509

valores em milhares de Reais

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	131.539	32.888	164.427	140.389
Financiamentos	8.931	8.333	17.264	19.043
Financiamentos rurais e agroindustriais	88.671	15.503	104.174	96.038
Carteira total	229.141	56.724	285.865	255.470

valores em milhares de Reais

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2015				Total da Carteira	31/12/2014
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	2.501	17.861	23.406	18.064	61.832	70.270
Rural	373	13.775	74.523	15.503	104.174	96.038
Industrial	1.654	11.227	10.285	3.484	26.650	24.742
Comércio	956	25.735	21.713	12.374	60.778	45.835
Outros Serviços	1.612	7.538	15.982	7.299	32.431	18.585
Total	7.096	76.136	145.909	56.724	285.865	255.470

valores em milhares de Reais

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	164.729	51.508	824	258
Nível B	1,00	70.783	126.614	707	1.266
Nível C	3,00	28.887	53.713	867	1.611
Nível D	10,00	10.792	14.915	1.079	1.491
Nível E	30,00	5.152	6.855	1.546	2.057
Nível F	50,00	3.747	2.506	1.874	1.253
Nível G	70,00	896	452	627	316
Nível H	100,00	9.492	4.530	9.492	4.530
Total (i)		294.478	261.093	17.016	12.782

valores em milhares de Reais

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 25,78% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	4	-	4	-
Devedores por compra de valores e bens	20	-	20	50
Títulos e créditos a receber	8.588	1	8.589	5.573
Total	8.612	1	8.613	5.623

valores em milhares de Reais

d) Operações renegociadas e em prejuízo

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, artigo 11º, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Operações	31/12/2015	31/12/2014
Renegociadas	16.242	14.395
Lançadas contra prejuízo (i)	18.632	6.183
Recuperadas de prejuízo (i)	4.044	1.070

valores em milhares de Reais

(i) Os saldos apresentados estão atualizados com os juros contratuais e encargos de inadimplência.

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	115	-	115	101
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.902	-	1.902	1.833
Devedores por compra de valores e bens	20	-	20	50
Devedores por depósitos em garantia	11	-	11	25
Impostos e contribuições a compensar (ii)	1.661	-	1.661	330
Títulos e créditos a receber	8.588	1	8.589	5.573
Devedores diversos - País	1.245	-	1.245	281
Total	13.542	1	13.543	8.193

valores em milhares de Reais

(i) O saldo da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta refere-se a projetos em andamento.

(ii) Do saldo da conta Impostos e contribuições a compensar, o valor de R\$ 1.230, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguaçu - Sicredi Iguaçu PR/SC/SP. A estimativa de compensação é de 8 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	475	155
Veículos e afins	88	-
Bens em regime especial	457	457
Subtotal Bens não de uso próprio	1.020	612
Despesas antecipadas	55	40
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(457)	(457)
Total Outros Valores e Bens	618	195

valores em milhares de Reais

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 457 mil de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – PERMANENTE**a) Investimentos**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2015	31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (i)	7.457	7.392
Sicredi Participações S.A. (i)	5.955	5.769
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores (i)	1	1
Total	13.413	13.162

valores em milhares de Reais

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	1.938.506 ON	1.878.269 ON	1	1	7.457.151	7.391.894
	4.015.910 PN	3.890.415 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,74%	0,76%	0,72%	0,74%	4,83%	4,83%
Capital social	804.351	764.040	138	136	154.526	152.909
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	155.966	154.364
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	5.955	5.769	1	1	7.457	7.392

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2015			31/12/2014
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	1.293	-	1.293	-
Terrenos	-	316	-	316	316
Edificações	4%	1.433	(611)	822	902
Instalações	10%	334	(274)	60	76
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.785	(1.153)	1.632	1.373
Sistema de comunicação	10%	169	(43)	126	120
Sistema de processamento de dados	20%	3.332	(2.190)	1.142	1.049
Sistema de segurança	10%	108	(29)	79	75
Sistema de transporte	20%	502	(346)	156	236
Imobilizado de Uso (i)	-	10.272	(4.646)	5.626	4.147
Intangível (ii)		6.212	(2.384)	3.828	2.549
Investimentos Confederação		6.212	(2.384)	3.828	2.549
Total (i+ii)		16.484	(7.030)	9.454	6.696

valores em milhares de Reais

(i) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(ii) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	68.508	-	-	68.508	56.337
Depósitos a prazo	11.027	9.192	189.646	209.865	164.738
Total	79.535	9.192	189.646	278.373	221.075

valores em milhares de Reais

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	87.912	14.941	102.853	98.644
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	87.912	14.941	102.853	98.644
Total	87.912	14.941	102.853	98.644

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 04/01/2016 até 20/06/2019.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	6.050	-	6.050	5.866
Cooperativa Central Sicredi	6.050	-	6.050	5.866
Total	6.050	-	6.050	5.866

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041572% a.m. com vencimento em 17/03/2016.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Cheques administrativos	3.424	-	3.424	5.827
Obrigações por convênios oficiais	15	-	15	16
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	115	-	115	63
Provisão para pagamentos a efetuar	4.846	-	4.846	3.858
Provisão para passivos contingentes (i)	1.184	-	1.184	1.395
Credores diversos - país (ii)	9.143	-	9.143	6.836
Total	18.727	-	18.727	17.995

valores em milhares de Reais

(i) As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(ii) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País	31/12/2015	31/12/2014
Valores custodiados vinculados a operação de crédito	414	688
Parcelado Lojista	3.831	2.714
Agenda cartão Visa a pagar	3.108	2.176
Outros	1.790	1.258
Total	9.143	6.836

valores em milhares de Reais

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Cível	15	15	(30)	-
Total	15	15	(30)	-

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Possível	55	-	-
Cível	Provável	-	-	15
Cível	Possível	395	-	-
Total		450	-	15

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 1% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INCRA, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	44.389	36.725
Total de associados	39.732	36.171

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguauçu - Sicredi Iguauçu PR/SC/SP, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10% em Capital, no montante de R\$ 3.941 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito e Investimento de Livre Admissão Iguazu - Sicredi Iguazu PR/SC/SP, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 65% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais e Confederação:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03d)	173.792	132.723
Rendas a receber	-	14
Diversos	1.974	1.889
Investimentos (Nota 09a)	7.457	7.392
Intangível (Nota 09b)	3.828	2.549
Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 12)	6.050	5.866
Provisões para pagamentos a efetuar	407	310
Credores Diversos	62	224
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	20.081	12.283
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	745	548
Outros Dispêndios e Desp. Administrativa	572	465
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 18)	6.099	5.026

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	51	0,07%	9
Pessoas físicas	51		9
Depósitos a prazo	257	0,12%	359
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	257		263
Pessoas físicas - taxa pré-fixada	-		96
Operações de crédito	812	0,28%	1.495

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	984	372

valores em milhares de Reais

*Os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentaram uma variação de 164,52% em relação a 2014 decorrente da modificação na estrutura de governança da Cooperativa no segundo semestre de 2015, onde foram implementados os cargos de Diretoria Executiva de acordo com o Art. 27 da Resolução CMN nº 4.434/2015.

NOTA 17 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 19.336 mil (R\$ 11.735 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 5.066 mil (R\$ 3.965 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi; R\$ 846 mil (R\$ 950 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 823 mil (R\$ 908 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ.

NOTA 19 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados (i)	94.172	73.736
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	11.910	12.941
Pronaf	63.824	54.933
Outros	18.438	5.862
Total	94.172	73.736

valores em milhares de Reais

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 20 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Eleuterio Benin
Diretor Executivo
CPF: 337.724.369-00

Izette Maria Florkovski
Diretora de Operações/Contadora
CPF: 589.085.289-20
CRC: PR-053246/O